



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



2º Trimestre de 2025



Sumário

.....	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	5
Demonstrações dos Valores Adicionados.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Políticas contábeis e correção de erros	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	12
5. Clientes	14
6. Créditos diversos	15
7. Ativo mantido para venda	15
8. Imobilizado.....	16
9. Intangível	17
10. Consignações	17
11. Obrigações a pagar	18
12. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	18
13. Participação nos lucros ou resultados	18
14. Dividendos e Juros sobre capital próprio.....	18
15. Outras obrigações.....	19
16. Créditos tributários – Ativo Circulante.....	19
17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante	19
18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante.....	20
19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais	20
20. Benefícios a empregados – Passivo Circulante	23
21. Benefício a empregados - Atuarial	24
22. Patrimônio líquido.....	25
23. Resultado do exercício.....	26
24. Partes relacionadas	35
25. Outras notas explicativas	39
26. Condições específicas do Serpro	40

Balanços Patrimoniais

em R\$ mil

Ativo	NE	Jun/2025	Dez/2024
Circulante		3.132.109	3.120.617
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.216.359	1.924.576
Créditos a receber		1.895.285	1.175.562
Clientes	5	1.408.580	811.358
Créditos tributários	16	306.427	235.463
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	53.162	54.374
Créditos diversos a receber	6	127.116	74.367
Outros Ativos		334	348
Ativos mantidos para venda	7	20.131	20.131
Não Circulante		1.768.558	1.808.210
Realizável a longo prazo		930.522	910.354
Depósitos judiciais e recursais	19.3	424.181	419.620
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	290.669	277.972
Créditos tributários diferidos	23.5.4	88.302	90.259
Créditos realizáveis a longo prazo	24.1.1	127.076	122.179
Outros ativos		294	324
Investimento		1.397	988
Imobilizado	8	770.061	817.478
Intangível	9	66.578	79.390
Total do Ativo		4.900.667	4.928.827

Passivo	NE	Jun/2025	Dez/2024
Circulante		1.180.587	1.229.876
Consignações	10	72.051	81.133
Tributos e encargos sociais	17	114.633	98.460
Depósitos diversas origens		1.990	2.252
Obrigações a pagar	11	991.913	1.048.031
Fornecedores	11	270.131	391.306
Pessoal	12	565.262	430.752
Benefícios a empregados	20	24.634	15.200
Participação nos lucros ou resultados	13	1.478	43.043
Juros sobre capital próprio	14	98.966	163.237
Outras obrigações	15	31.442	4.493
Não Circulante		979.816	971.052
Obrigações tributárias	18	63.245	59.646
Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	19	655.918	666.897
Benefícios pós-emprego	21	260.157	244.013
Outras obrigações		496	496
Patrimônio Líquido	22	2.740.264	2.727.899
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		685.916	915.072
Reservas de reavaliação		90.253	90.877
Reservas de lucros		162.730	162.730
Reservas de retenção		432.933	432.933
Dividendos adicionais propostos		0	228.532
Outros resultados abrangentes		35.245	26.631
Lucros/Prejuízos acumulados		232.907	0
Total do Passivo		4.900.667	4.928.827

Demonstrações dos Resultados

em R\$ mil

		Trimestre (abr-jun)		Acumulado (jan-jun)	
		2T/2025	2T/2024	Jun/2025	Jun/2024
Receita operacional líquida	23.2	1.082.998	934.444	2.051.403	1.779.290
Custo dos serviços prestados	23.3	(584.914)	(499.405)	(1.066.581)	(910.012)
Lucro bruto		498.084	435.039	984.822	869.278
Despesas/Receitas operacionais	23.3.2	(356.183)	(314.084)	(738.390)	(544.873)
Despesas com vendas		(27.156)	(18.938)	(49.401)	(32.300)
Despesas gerais e administrativas		(330.170)	(278.585)	(693.755)	(464.619)
Perdas Liquidas com créditos a receber		3.879	11	7.580	(31.379)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.736)	(16.572)	(2.814)	(16.575)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		141.901	120.955	246.432	324.405
Resultado financeiro	23.4	59.802	41.160	123.738	98.638
Receitas financeiras		68.226	47.378	146.049	109.663
Despesas financeiras		(8.424)	(6.218)	(22.311)	(11.025)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		201.703	162.115	370.170	423.043
Imposto de renda e contribuição social	23.5	(11.736)	(27.692)	(38.921)	(51.539)
Correntes		(10.502)	(29.178)	(38.297)	(66.191)
Diferidos		(1.234)	1.486	(624)	14.652
Lucro líquido do exercício		189.967	134.423	331.249	371.504

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em R\$ mil

		Trimestre (abr-jun)		Acumulado (jan-jun)	
		2T/2025	2T/2024	Jun/2025	Jun/2024
Resultado Líquido do Período		189.967	134.423	331.249	371.504
(+/-) Outros Resultados Abrangentes		(4)	(1.135)	8.614	3.235
Ajustes de Instrumentos Financeiros		163	422	409	398
Tributos Diferidos sobre instrumentos financeiros		(21)	0	69	0
Passivo Atuarial - EFPC Serpros		0	0	0	0
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros		(727)	(1.144)	(130)	2.085
Passivo Atuarial - PAS/Serpro		0	0	0	0
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro		581	(413)	104	752
Passivo Atuarial - Programa de Demissão		0	0	9.538	0
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão		0	0	(1.376)	0
Resultado Abrangente no Período		189.963	133.288	339.863	374.739

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

Atividades Operacionais	Jun/2025	Jun/2024
Lucro antes da tributação do IR e CS	370.170	423.043
Depreciação e amortização	116.976	103.686
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.580)	31.379
Provisão acordo coletivo de trabalho	52.203	31.315
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	7.847	(61.493)
Provisões benefício pós-emprego	25.681	20.828
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	(3.498)	0
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(46.154)	(11.882)
Receitas Financeiras	(4.897)	(3.379)
Resultado com Provisões tributárias	60.354	59.338
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	555	16.523
Lucro ajustado	571.657	609.358
Variação em ativos e passivos operacionais	(769.451)	(668.064)
Contas a Receber	(540.845)	(510.006)
Pessoal a Pagar	47.163	63.750
Fornecedores	(118.164)	(64.550)
Obrigações Tributárias/Imunidade	(88.278)	3.999
Outras variações do imobilizado	53.243	28.827
Outras variações	(122.570)	(190.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.606)	(51.848)
Juros Pagos	9.425	6.657
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(199.975)	(103.897)
Imobilizado	(101.948)	(45.023)
Intangível	(5.100)	(5.259)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(107.048)	(50.282)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(401.194)	(263.598)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	(708.217)	(417.777)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.186
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.216.359	1.557.409

Demonstrações dos Valores Adicionados

Geração do Valor Adicionado	Jun/2025	Jun/2024
Receitas	2.275.142	1.969.430
Receita Operacional Bruta	2.363.393	2.019.901
Resultado com créditos a receber	7.580	(31.379)
Descontos Concedidos	(403)	(2.577)
Vendas Canceladas	(96.052)	(17.763)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	624	1.248
Insumos adquiridos de terceiros	(394.502)	(308.932)
Valor adicionado bruto	1.880.640	1.660.498
Retenções	(176.049)	(72.448)
Depreciações e Amortizações	(116.976)	(103.686)
Resultados com Ações Judiciais	(59.073)	31.238
Valor adicionado líquido	1.704.591	1.588.050
Recebido de terceiros	146.049	109.663
Valor adicionado total a distribuir	1.850.640	1.697.713
Distribuição do valor adicionado	Jun/2025	Jun/2024
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	1.122.494	989.526
Governo (Impostos e Contribuições)	364.486	324.938
Capitais de Terceiros	22.362	3.839
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	108.391	80.456
Lucros Retidos	232.907	298.954
Valor adicionado total distribuído	1.850.640	1.697.713

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reservas			Divid. Adic.	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucros/Prejuízos líquidos	0	0	0	0	0	371.504	0	371.504
Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização de Res. de reavaliação	0	(1.248)	0	0	0	1.248	0	0
Dividendos adicionais pagos	0	0	0	(149.882)	0	0	0	(149.882)
Juros Capital Próprio creditados	0	0	0	0	0	(73.798)	0	(73.798)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0		3.234	3.234
Saldo em 30 de Jun/2024	1.786.196	91.678	128.472	171.754	0	298.954	(389.778)	2.087.276

	Capital	Reservas			Divid. Adic.	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	331.249	0	331.249
Dividendos Adicionais requeridos	0	0	0	0	0	0	0	0
Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização de Res. de Reavaliação	0	(624)	0	0	0	624	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(98.966)	0	(98.966)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	8.614	8.614
Saldo em 30 de Jun/2025	1.786.196	90.253	162.730	432.933	0	232.907	35.245	2.740.264

1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Desempenho Empresarial no Setor Público

As estatais federais têm sido notícia na imprensa, em razão de “*déficits*” recentes. Ao avaliar o desempenho das empresas públicas tendo por referência indicadores fiscais, como *superávit* ou *déficit*, é necessário cautela para não incorrer em erro na análise, interpretando conceitos diferentes como se sinônimo fossem, onde *déficit* é facilmente associado a “prejuízo”. Conforme Nota oficial divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o resultado primário (*superávit ou déficit*) das empresas estatais federais não dependentes (o caso do Serpro) é calculado a partir da diferença entre suas receitas e suas despesas (incluindo investimentos) dentro de um determinado período. Ele não contabiliza os recursos que as empresas já traziam em seus caixas de períodos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos, por exemplo.

O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem *déficit* primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios. O Serpro, por exemplo, ampliou o consumo de caixa para fazer frente aos investimentos necessários e atender demandas estratégicas do Estado Brasileiro, como, por exemplo, a estrutura física e lógica que suportará a Reforma Tributária do Consumo no Brasil.

Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro, como por exemplo o aumento do estoque de Contas a Receber por atraso nos recebimentos dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento).

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da

empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro rigoroso e estratégias de mitigação de riscos.

Agente Estratégico para o Estado Brasileiro

O SERPRO como agente estratégico de Governo, vem direcionando parte de seus fluxos financeiros na materialização de investimentos estratégicos, como a Nuvem de Governo, além de ser o fomentador tecnológico da Reforma Tributária no país. Como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 2º Trimestre de 2025, encerrado em 30 de junho, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 11 de agosto de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

	Jun/2025	Jun/2024 Reclassificado	Jun/2024 Publicado	Reclassificação
Receita operacional líquida	2.051.403	1.779.290	1.779.290	0
Custo dos serviços prestados	(1.066.581)	(910.012)	(997.187)	87.175
Lucro bruto	984.822	869.278	782.103	87.175
Despesas/Receitas operacionais	(738.390)	(544.873)	(457.698)	(87.175)
Despesas com vendas	(49.401)	(32.300)	(126.639)	94.339
Despesas gerais e administrativas	(693.755)	(464.619)	(283.105)	(181.514)
Perdas Liquidas com créditos a receber	7.580	(31.379)	(31.379)	0
Outras despesas e receitas operacionais	(2.814)	(16.575)	(16.575)	0
Lucro operacional antes do resultado financeiro	246.432	324.405	324.405	0
Resultado financeiro	123.738	98.638	98.638	0
Receitas financeiras	146.049	109.663	109.663	0
Despesas financeiras	(22.311)	(11.025)	(11.025)	0
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	370.170	423.043	423.043	0
Imposto de renda e contribuição social	(38.921)	(51.539)	(51.539)	0
Correntes	(38.297)	(66.191)	(66.191)	0
Diferidos	(624)	14.652	14.652	0
Lucro líquido do exercício	331.249	371.504	371.504	0

Em razão de melhorias implementadas no processamento de Custos, o CSP e as Despesas Operacionais foram reprocessadas, conforme descrição na Nota Explicativa 23.3. O impacto está demonstrado na tabela acima.

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação/Amortização	8 e 9
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	21

3. Políticas contábeis e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Caixa/ Bancos	62.859	200.809
Aplicação financeira	1.153.500	1.723.767
Caixa e equivalente de caixa	1.216.359	1.924.576

4.1 Bancos contas movimento

A variação observada, de R\$ 200,8 milhões para R\$ 62,9 milhões decorre, principalmente, de aplicação financeira e do consumo operacional dos saldos existentes no encerramento de 2024.

O valor de R\$ 62,9 milhões apresentado em março de 2025 se refere aos saldos mantidos no exterior, na conta do Banco do Brasil em Nova York/EUA. A manutenção de tais saldos no exterior visa atender a projetos estratégicos que tenham compromissos firmados/atrelados em moeda estrangeira, devendo ser suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta, são movimentados de acordo com os critérios internos definidos para proteção cambial.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/24)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	737.912	310.694	1.048.606
Resgates	(964.989)	(737.008)	(1.701.997)
Rendimento Líquido	71.393	11.731	83.124
Saldo Final (30/06/25)	1.124.752	28.748	1.153.500
Rentabilidade nos últimos 12 meses	11,7584%	11,7430%	
Rentabilidade no ano	6,8836%	6,8440%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal

(CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

A redução observada entre os meses de dezembro/2024 e junho/2025 se dá, principalmente, pelo resgate destinado ao pagamento de dividendos ao acionista no mês de março (R\$ 401,2 milhões), pelos investimentos realizados no período (R\$107,0 milhões), além de resgates para fazer frente aos compromissos financeiros imediatos, sem recomposição adequada dos saldos pelo aumento da inadimplência dos clientes públicos.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

A seguir a DFC pelo método direto. Ressalta-se que houve alteração na sistemática de apuração, com exclusão do fluxo de caixa Créditos Tributários, impactando o Recebimento de Clientes, Pessoal e outras correções.

	Jun/2025	Jun/2024
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	1.421.159	1.289.339
Ressarcimento de pessoal requisitado	111.793	112.134
Rendimento de aplicações financeiras	104.481	73.898
Outros recebimentos	92.110	73.450
Tributos e encargos	(114.133)	(171.219)
Pessoal e encargos	(1.365.605)	(1.193.212)
Sentenças judiciais	(78.887)	(49.491)
Pagamentos a fornecedores	(370.893)	(238.796)
Caixa líquido das atividades operacionais	(199.975)	(103.896)
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(107.048)	(50.281)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(107.048)	(50.281)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(401.194)	(263.598)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	(708.216)	(417.776)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.216.359	1.557.409

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Créditos a receber a faturar	222.692	173.894
Créditos a receber de clientes a vencer	504.365	224.433
Vencidos até 30 dias	224.168	15.706
Vencidos de 31 a 60 dias	209.498	169.416
Vencidos de 61 a 90 dias	141.040	156.706
Vencidos de 91 a 180 dias	99.397	79.806
Vencidos de 181 a 365 dias	16.124	13.578
Vencidos mais de 365 dias	82.127	74.120
Créditos a receber	1.499.411	907.659
Perdas Incorridas	(41.030)	(29.462)
Perdas Estimadas	(35.541)	(52.626)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.260)	(14.260)
Total	1.408.580	811.311

A movimentação de créditos a receber, decorrentes de vendas a clientes, apresentou a seguinte movimentação no 2º trimestre de 2025:

Movimentação de Clientes	Valor
Saldo em dezembro/2024	907.659
(+) Entradas de Créditos	1.026.827
(-) Baixas de Créditos	(743.532)
(-) Ajustes de Competência	(32.173)
Saldo em março/2025	1.158.781
(+) Entradas de Créditos	1.154.468
(-) Baixas de Créditos	(893.605)
(-) Ajustes de Competência	79.767
Saldo em junho/2025	1.499.411

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462	82.088
Constituição	6.395	13.970	20.364
Reversão	(23.480)	(2.402)	(25.882)
Saldo em Jun/2025	35.541	41.030	76.570

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 35,5 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 41,0 milhões), perfazendo um total de R\$ 76,6 milhões.

5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,3 milhões decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

6. Créditos diversos

O saldo de R\$ 127,1 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 81,7 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 15,1 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 17,0 milhões).

7. Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação foi de R\$ 36,4 milhões.

8. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.	Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.			Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158	18.996	152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)
Adições	3.255			1.153	828				44.284		49.521	0
Baixas				(4.157)			(417)	417	(12.151)	11.296	(16.725)	11.713
Transferências/Ajuste									(38.691)		(38.691)	0
Depreciação		(440)				(384)				(49.456)	0	(50.281)
Saldo mar/2025	145.670	(49.476)	54.158	15.992	153.421	(140.983)	1.400	(1.400)	1.474.014	(879.780)	1.844.655	(1.071.639)
Adições				1.000					49.063		50.063	0
Baixas									(4.685)	4.325	(4.685)	4.325
Transferências/Ajuste									(454)	69	(454)	69
Depreciação		(447)				(398)				(51.428)	0	(52.273)
Saldo jun/2025	145.670	(49.923)	54.158	16.992	153.421	(141.381)	1.400	(1.400)	1.517.938	(926.814)	1.889.579	(1.119.518)

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

9. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2024	Entradas/Amortização	Saídas	Jun/2025
Softwares	784.201	6.361	(8.710)	781.852
Adquiridos	755.400	2.863	(5.899)	752.364
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	(498)	24.052
Em construção	1.938	3.498	0	5.436
Estoque interno	2.313	0	(2.313)	0
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(704.811)	(14.535)	4.071	(715.275)
Softwares adquiridos	(695.622)	(13.346)	3.640	(705.328)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(8.625)	(1.189)	431	(9.383)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
Valor Líquido	79.390	(2.405)	(2.811)	66.578

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

10. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Previdência social	24.603	17.821
Pensão alimentícia	46	46
IRRF	24.012	48.185
Tributos federais retidos	6.532	7.082
ISS	1.006	1.114
Plano de previdência e assistência médica	9.527	292
Entidades representativas de classes	173	1.061
Empréstimos, retenções e consignatários	6.152	5.532
Total	72.051	81.133

11. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 270,1 milhões (R\$ 391,3 milhões em dez/2024), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 565,3 milhões (R\$ 430,8 milhões em dez/2024), estas últimas detalhadas na Nota Explicativa 12.

12. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Férias	254.381	248.218
Licença prêmio	180.895	178.865
13º salário	71.673	0
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	54.519	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.790	3.665
Total	565.262	430.752

A variação observada entre jun/2025 e dez/2024 (R\$ 134,5 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de décimo terceiro salário (R\$ 71,7 milhões) e à provisão para o Acordo Coletivo de 2025, cuja data base é maio (R\$ 54,5 milhões).

13. Participação nos lucros ou resultados

A variação do saldo é decorrente do pagamento a empregados e administradores, em junho de 2025, de valores referentes aos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e de Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024 e anteriores, respectivamente. A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

14. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 99,0 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP no período de janeiro a junho de 2025.

15. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

16. Créditos tributários – Ativo Circulante

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	300.440	227.226
IR e CSLL a recuperar/compensar	317.415	215.033
IRRF a compensar	21.322	30.010
IRPJ a recolher	(13.495)	-
CSLL a recolher	(24.802)	(17.817)
Tributos Municipais	5.983	8.237
ISS a compensar	5.972	8.226
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	4	-
Total	306.427	235.463

O ISS a compensar (R\$ 5,9 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Passivo fiscal diferido	22.012	19.369
PASEP / COFINS a recolher	59.215	48.271
CPRB a recolher	12.893	4.817
FGTS	12.578	16.677
ISS a recolher	7.791	9.287
Outros tributos	144	39
Total	114.633	98.460

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Já os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
PASEP/COFINS a recolher	-	216
ISS renegociado	63.245	59.430
Total	63.245	59.646

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 63,2 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Provisões Judiciais	396.760	376.216
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	382.972	336.044
Provisões Cíveis	13.464	39.848
Provisões Fiscais	324	324
Provisões administrativas	259.158	290.681
Saldo	655.918	666.897

19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Provisões ISS imunidade	123.483	136.695
Provisões COFINS imunidade	111.361	126.452
Provisões ICMS imunidade	-	54
Provisões PIS/PASEP imunidade	24.314	27.480
Total	259.158	290.681

A diferença entre os períodos de dez/2024 e jun/2025, R\$ 31,5 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período, bem como as devoluções a clientes. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

19.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, são processos de natureza relevante; e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco, em regra, são inferiores a R\$ 1,2 milhão. Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual. Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado, o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, mas são monitorados continuamente e divulgados em Nota Explicativa.

19.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	0	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(66)	(5.206)	(5.272)
Saldo em 31/03/2025	43.141	348.688	391.829
Processos que entraram na provisão	0	9.155	9.155
Processos que saíram da provisão	(1.517)	(1.910)	(3.427)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	835	37.208	38.043
Redução nos processos anteriormente provisionados	(26.064)	(12.776)	(38.840)
Saldo em 30/06/2025	16.395	380.365	396.760

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$ 4,9 milhões no 2º trimestre de 2025, quando comparado ao 1º trimestre de 2025. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 90% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

19.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, julga-se que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Jun/2025	Dez/2024
Sem expectativa de reembolso	261.732	253.886
Com expectativa de reembolso	135.028	122.331
Saldo da provisão	396.760	376.217

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

19.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

O total de possíveis monta 281 processos, correspondendo a R\$ 212,9 milhões, sendo 11 processos classificados como estratégicos e 270 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 190,1 milhões e R\$ 22,8 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Jun/2025		Dez/2024	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	268	13.670	257	16.763
Processos Trabalhistas	9	164.025	9	152.330
Processos Tributários	4	35.273	1	24.499
Total	281	212.968	267	193.592

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

19.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

19.3. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Depósitos judiciais e recursais	423.997	419.436
Ações fiscais	184	184
Total	424.181	419.620

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Ao longo do 2º Trimestre o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (Depósitos) e as saídas (Levantamentos):

Movimentação de Depósitos Judiciais	Valor
Saldo em dez/24	419.436
(+) Depósitos no Período	64.248
(+) Atualização Monetária	8.035
(-) Levantamentos	(67.722)
. Retorno ao Serpro	(30.174)
. Destinado a Terceiros	(37.547)
Saldo em jun/25	423.997

20. Benefícios a empregados – Passivo Circulante

20.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

20.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	11.290	1.856
Total	24.634	15.200

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte

financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, a diferença observada (R\$ 11,3 milhões em jun/2025, ante R\$ 1,9 milhão em dez/2024) ocorreu pelo pagamento das contribuições de dezembro/2024 antes do encerramento do exercício, justificando a variação.

20.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

20.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2025 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

20.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

21. Benefício a empregados - Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2024. A variação observada até o 2º trimestre de 2025 representa o reconhecimento da parcela proporcional ao período (6/12 avos) da despesa atuarial, calculada por ocasião da referida avaliação atuarial, que indicou despesas anuais em 2025 de R\$ 31,2 milhões para o PAS/SERPRO, a título de estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, além de despesas projetadas para o Programa de Desligamento no total de R\$ 940 mil ao longo de 2025.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	-	-
Plano de Assistência à Saúde	250.071	234.475
Programa de Desligamento	10.086	9.538
Total	260.157	244.013

22. Patrimônio Líquido

A variação positiva de R\$ 12,4 milhões do Patrimônio Líquido ocorreu pelos seguintes fatos: a transferência da Reserva de Dividendos Adicionais para o Passivo ainda no mês de março, totalizando R\$ 228,5 milhões a menor no Patrimônio Líquido; o resultado do período totalizando R\$ 331,2 milhões, com impacto positivo no Patrimônio Líquido; e a transferência de R\$ 9,5 milhões de Outros Resultados Abrangentes para o Resultado referente à avaliação atuarial do Programa de Desligamento, com impacto positivo no Patrimônio Líquido.

22.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

22.2 Reservas

22.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877
Realização de reserva por depreciação	(652)			(652)
Atualização Imposto de Diferido			28	28
Saldo em 30 de junho de 2025	62.513	43.035	(15.295)	90.253

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 90,3 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

22.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

22.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 34,3 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 162,7 milhões.

22.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2024 dessa reserva (R\$ 432,9 milhões) permanece sem alteração.

22.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO e mais

recentemente com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos. A ligeira variação (de R\$ 26,6 em dez/24 para R\$ 35,2 em jun/25) refere-se à transferência do saldo do Programa de Desligamento para o Resultado, de modo a melhor representar a avaliação inicial atuarial realizada no PDV.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	206.504	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(29.925)	(29.795)
Plano de Assistência à Saúde	(164.811)	(164.811)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	23.883	23.780
Programa de Desligamento	0	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	0	1.376
Outros	(407)	(885)
Total	35.244	26.631

23. Resultado do exercício

Descrição	Jun/2025	Jun/2024
Receita Bruta	2.363.393	2.019.901
(-) Deduções	(311.990)	(240.611)
Receita operacional líquida	2.051.403	1.779.290
Custo dos serviços prestados	(1.066.581)	(997.187)
Lucro bruto	984.822	782.103
Despesas operacionais	(738.390)	(457.698)
Resultado financeiro	123.738	98.638
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	370.170	423.043
Tributos sobre o lucro	(38.921)	(51.539)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	331.249	371.504

23.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

23.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Jun/2025	Jun/2024
Hospedagem de Aplicações	1.403.449	1.257.729
Desenvolvimento e Manutenção de Software	140.377	106.377
Atendimento a Ambientes de Rede Local	108.953	26.888
Gestão de Margem Consignável	76.233	69.242
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	59.663	55.573
Datavalid	52.370	51.527
Consulta Online Senatran	48.883	41.403
Consulta CPF	43.502	37.424
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	43.423	36.188
Serpro MultiCloud	37.945	36.957
Demais Obrigações de Desempenho	348.595	300.594
Total	2.363.393	2.019.901

23.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até junho de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 1.514,6 milhões, ante os R\$ 1.391,7 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público	Jun/2025	Jun/2024
Secretaria da Receita Federal do Brasil	870.724	829.441
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	385.350	293.760
Ministério dos Transportes	89.157	91.877
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	85.900	81.653
Secretaria do Tesouro Nacional	83.480	94.932
Total 5 maiores clientes Públicos	1.514.611	1.391.663

Até o mês de junho de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes privados alcançou R\$ 62,1 milhões, ante os R\$ 61,6 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Valid Soluções SA e a Brasil Bolsa Balcão B3, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Jun/2025	Jun/2024
Valid Soluções S.A.	21.818	19.691
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	17.507	14.843
Banco Santander (Brasil) S.A.	8.567	10.162
Banco Pan S.A.	8.051	10.117
Acesso Digital Tecnologia da Informação	6.131	6.780
Total 5 maiores clientes Privados	62.074	61.593

23.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$272,1 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Jun/2025	Jun/2024
Receita bruta	2.363.393	2.019.901
Deduções da Receita	(311.990)	(240.578)
(-) ISS	(25.911)	(25.841)
(-) PIS / PASEP	(20.680)	(19.457)
(-) COFINS	(95.328)	(89.688)
(-) ICMS	(14)	(6)
(-) CPRB	(73.603)	(85.279)
(-) Descontos concedidos	(403)	(2.577)
(-) Vendas canceladas	(96.051)	(17.730)
Receita operacional líquida	2.051.403	1.779.323

Quanto aos elementos que formaram a Receita Líquida, destacam-se: a redução da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em função da reoneração gradual da folha de pagamento; o aumento das Vendas Canceladas, motivado por correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

23.3 Custos e despesas totais

No exercício de 2025, foi realizada uma atualização no critério de direcionamento dos gastos por função, com reflexo na classificação contábil entre custos e despesas. Tal atualização decorre de uma mudança de estimativa contábil, resultante de uma compreensão mais precisa da natureza e finalidade dos subprocessos envolvidos na execução das atividades da entidade.

A evolução no modelo adotado permitiu aprimorar a alocação dos gastos às respectivas funções, considerando sua vinculação direta às entregas realizadas. Com isso: (i) A classificação como Custo dos Serviços Prestados (CSP) passou a considerar de forma simultânea a natureza externa do serviço e a classificação funcional do subprocesso; (ii) Foi promovida uma reavaliação da natureza funcional de alguns subprocessos, com base em critérios técnicos atualizados. Como resultado, 22 subprocessos foram reclassificados de custo para despesa, e 2 de despesa para custo, refletindo melhor a essência econômica das transações.

Essa alteração não representa mudança de política contábil nem correção de erro, mas de um aprimoramento na aplicação dos critérios técnicos de alocação funcional, decorrente da evolução natural dos critérios de estimativa utilizados na classificação funcional dos gastos, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

A fim de tornar transparente o efeito das referidas melhorias, apresenta-se nos quadros comparativos tanto o modelo atualizado quanto o custo publicado anteriormente.

23.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Jun/2025	Jun/2024	Jun/2024	Reclassificações
			Publicado	
Despesas de Pessoal	(691.756)	(609.559)	(656.679)	47.120
Depreciação/Amortização	(73.194)	(64.965)	(85.197)	20.232
Locação	(62.920)	(47.685)	(57.063)	9.378
Manutenção	(46.539)	(53.221)	(60.615)	7.394
Comunicação	(6.102)	(7.014)	(7.125)	111
Serviços Profissionais	(68.398)	(21.117)	(19.130)	(1.987)
Serviços Públicos	(6.533)	(8.900)	(10.398)	1.498
Créditos a Receber	-	-	-	0
Operações Tributárias	(3.680)	(847)	(987)	140
Créditos Tributários	88.215	0	0	0
Despesas Tributárias	(91.895)	(847)	(987)	140
Materiais	(496)	(323)	(397)	74
Gastos com Viagens	(2.081)	(2.583)	0	(2.583)
Ação Educacional	(337)	(402)	0	(402)
Publicidade	(1)	(12)	0	(12)
Res. com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	(106.263)	(93.998)	(94.133)	135
Outros custos	1.719	614	(5.463)	6.077
Totais	(1.066.581)	(910.012)	(997.187)	87.175

23.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

23.3.2.1 Despesas com vendas

Despesas com Vendas				
Descrição	Jun/2025	Jun/2024	Jun/2024	Reclassificado
			Publicado	
Despesas de Pessoal	(42.654)	(27.902)	(107.581)	79.679
Depreciação/Amortização	(171)	(148)	(489)	341
Locação	(45)	(71)	(316)	245
Manutenção	(535)	(763)	(3.037)	2.274
Comunicação	(42)	(24)	(72)	48
Serviços Profissionais	(335)	(439)	(5.811)	5.372
Serviços Públicos	(183)	(317)	(1.629)	1.312
Créditos a Receber	0	0	0	0
Operações Tributárias	0	(30)	(154)	124
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	(30)	(154)	124
Materiais	(12)	(8)	(37)	29
Gastos com Viagens	(613)	(937)	(886)	(51)
Ação Educacional	(21)	(46)	(76)	30
Publicidade	(3.304)	(1.658)	(85)	(1.573)
Res. com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	(1.486)	42	(6.467)	6.509
Totais	(49.401)	(32.301)	(126.640)	94.339

23.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas				
Descrição	Jun/2025	Jun/2024	Jun/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(479.195)	(390.135)	(263.336)	(126.799)
Depreciação/Amortização	(43.610)	(38.572)	(17.999)	(20.573)
Locação	(13.995)	(11.584)	(1.962)	(9.622)
Manutenção	(18.779)	(15.807)	(6.139)	(9.668)
Comunicação	(708)	(592)	(432)	(160)
Serviços Profissionais	(56.364)	(30.816)	(20.587)	(10.229)
Serviços Públicos	(6.231)	(4.451)	(1.641)	(2.810)
Créditos a Receber	0	0	0	0
Operações Tributárias	(11.417)	(1.980)	(1.716)	(264)
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(11.417)	(1.980)	(1.716)	(264)
Materiais	(331)	(227)	(123)	(104)
Gastos com Viagens	(3.239)	(3.968)	(143)	(3.825)
Ação Educacional	(1.887)	(1.460)	(17)	(1.443)
Publicidade	(1.081)	(993)	(12)	(981)
Res. com ações Judiciais	(59.073)	31.238	31.238	0
Exploração de Serviços	(218)	(135)	0	(135)
Outras despesas	2.372	4.863	(236)	5.099
Totais	(693.756)	(464.619)	(283.105)	(181.514)

23.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Ganhos/Perdas Líquidas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Jun/2025	Jun/2024	Jun/2025	Jun/2024
Despesas de Pessoal	0	0	0	0
Depreciação/Amortização	0	0	0	0
Locação	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0
Serviços Profissionais	0	0	0	0
Serviços Públicos	0	0	0	0
Créditos a Receber	7.580	(31.379)	0	0
Operações Tributárias	0	0	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	0	0	0
Materiais	0	0	0	0
Gastos com Viagens	0	0	0	0
Ação Educacional	0	0	0	0
Publicidade	0	0	0	0
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	0	0	(2.814)	(16.575)
Totais	7.580	(31.379)	(2.814)	(16.575)

23.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados somados às despesas operacionais, apresentado de forma comparativa.

Descrição	Jun/2025	Jun/2024	Jun/2024 Publicado	Reclassif.
Despesas de Pessoal	(1.213.605)	(1.027.596)	(1.027.596)	0
Depreciação/Amortização	(116.975)	(103.685)	(103.685)	0
Locação	(76.960)	(59.341)	(59.341)	0
Manutenção	(65.853)	(69.791)	(69.791)	0
Comunicação	(6.852)	(7.629)	(7.629)	0
Serviços Profissionais	(125.097)	(52.372)	(43.138)	(9.234)
Serviços Públicos	(12.947)	(13.668)	(13.668)	0
Créditos a Receber	7.580	(31.379)	(31.379)	0
Operações Tributárias	(15.097)	(2.857)	(2.857)	0
Créditos Tributários	88.215	0	0	0
Despesas Tributárias	(103.312)	(2.857)	(2.857)	0
Materiais	(839)	(557)	(557)	0
Gastos com Viagens	(5.933)	(7.488)	0	(7.488)
Ação Educacional	(2.245)	(1.908)	0	(1.908)
Publicidade	(4.386)	(2.663)	0	(2.663)
Resultado com ações				
Judiciais	(59.073)	31.238	31.238	0
Exploração de Serviços	(106.481)	(94.133)	(94.133)	0
Outros	(208)	(11.055)	(32.348)	21.293
Totais	(1.804.971)	(1.454.884)	(1.454.884)	0

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 1.804,9 milhões foi composta de 59,1% (R\$ 1.066,6 milhões) de custos e 40,9% (R\$ 736,8 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 350,1 milhões do gasto total (24,1%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas, destacam-se:

Despesas com pessoal, aumento de R\$ 186,0 milhões (18,1%): Crescimento derivado, sobretudo, de: (i) aumento da contribuição Patronal ao INSS, principalmente em razão da reoneração gradativa da folha de pagamento +R\$ 51,1 milhões; (ii) crescimento vegetativo da folha (anuênio e promoções), além do Acordo Coletivo de Trabalho, que totalizaram +50 milhões; (iii) impacto de +21 milhões da diferença entre o provisionamento de Acordo Coletivo de 2025/2026 (6,32%) frente ao de 2024/2025 (4,83%); (iv) Programas de incentivos de desligamento +R\$ 8 milhões; (v) incorporações administrativas de gratificações, ocorridas no início de 2025, representando +R\$ 13 milhões; (vi) impactos atuariais decorrentes de reconhecimento de despesa relativa aos Programas de Incentivos de Desligamento (+10 milhões) e a variação do gasto corrente líquido dos benefícios pós emprego (+5 milhões).

Serviços Profissionais, aumento de R\$ 72,7 milhões (138,9%): O crescimento foi derivado dos gastos com parcerias para estruturação de novos negócios, cuja variação foi de R\$ 73,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, valor suavizado pela redução dos gastos de Consultoria em TI, que caiu R\$ 7,3 milhões.

Ações Judiciais, aumento de R\$ 90,3 milhões (289,1%): O aumento observado decorre da conjuntura jurídica que, no ano anterior, foi favorável ao Serpro com a reversão de provisões judiciais, alcançando um resultado positivo de R\$ 31,2 milhões frente ao resultado atual negativo de R\$ 59,1 milhões. Cita-se que em 2024 houve uma reversão de R\$ 86,2 milhões, decorrente da mudança no critério de aplicação de juros sobre o valor de processos trabalhistas em decisões favoráveis ao Serpro.

Por fim, cabe observar mudanças mais representativas na composição dos gastos por função. Neste sentido, cita-se que eventos como o reconhecimento de Programa de Incentivos de Desligamento (R\$ 8,4 milhões) e a despesa atuarial relativa ao mesmo programa (R\$ 10,1 milhões) majoraram o valor das despesas de pessoal classificadas em despesas administrativas. O mesmo entendimento vale para a variação observada no resultado com ações judiciais (R\$ 90,3 milhões), totalmente classificado em despesas administrativas. Quanto às despesas com vendas, a variação observada decorre, de fato, da maior alocação de pessoas a estas atividades.

23.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Jun/2025	Jun/2024
Juros sobre aplicações financeiras	104.481	73.898
Atualização sobre créditos tributários	14.274	5.552
Multas e juros de clientes	10.203	14.251
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	8.035	8.384
Atualização de créditos junto à EFPC	4.897	3.379
Outras receitas financeiras	4.160	4.198
Total das Receitas Financeiras	146.050	109.662

Despesas Financeiras	Jun/2025	Jun/2024
Atualização de dividendos	9.425	6.657
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	4.564	2.805
Variações cambiais	4.252	31
Descontos concedidos a clientes	3.650	1.071
Outras despesas financeiras	421	460
Total das Despesas Financeiras	22.312	11.024

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

23.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado

da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

23.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Jun/2025	Jun/2024
IRPJ e CSLL correntes	(38.297)	(66.191)
IRPJ e CSLL diferidas	(624)	14.652
Total	(38.921)	(51.539)

23.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Jun/2025	Jun/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	370.170	423.043
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(125.858)	(143.835)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	87.561	77.644
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	48.244	71.125
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	2.133	(14.466)
Juros sobre capital próprio	33.649	25.091
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	6.181	-
Outras adições e exclusões	(3.562)	(4.633)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	-	-
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	916	527
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(38.297)	(66.191)
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	-
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	(624)	14.652
(d) Total dos Tributos Diferidos	(624)	14.652
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(38.921)	(51.539)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-10,51%	-12,18%

A alteração da alíquota efetiva de 2024 para 2025 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Jun/2025	Jun/2024
Provisão Ativa Receita a Faturar	(46.154)	(11.882)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	7.847	(61.509)
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	(10.991)	18.882
Passivo atuarial	25.681	20.828
Provisões sobre imunidade tributárias	(31.523)	60.599
Provisões sobre Medidas Compensatórias	13.324	(24.671)
Provisões acordo coletivo de trabalho	52.203	31.315
Demais provisões passivas	(16.661)	8.984
Total	(6.274)	42.546

23.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Jun/2025	%	Jun/2024	%
Receita Operacional Líquida	2.051.402		1.779.290	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(46.154)		(11.882)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.005.248		1.767.408	
Receita líquida atribuída ao setor público	1.564.802	78,0353	1.398.580	79,1317
Receita líquida atribuída ao setor privado	440.446	21,9647	368.828	20,8683

Descrição	Jun/2025	%	Jun/2024	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	370.170		423.043	
Adições/Exclusões	(122.879)		(63.514)	
Tributos com exigibilidade suspensa	3.815		21.151	
Realização de Reserva de Reavaliação	652		672	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	73		87	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	555		16.462	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(127.974)		(101.886)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	247.291	%	359.529	%
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	192.974	78,0353	284.501	79,1317
Lucro atribuído ao Setor Privado	54.317	21,9647	75.028	20,8683
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	48.244		71.125	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 192,9 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 48,2 milhões do IRPJ corrente no primeiro trimestre de 2025.

23.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2024	DRE	PL	Jun/2025
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	163.155	8.836	(1.333)	170.658
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.282	3.213		57.495
Passivo atuarial	5.412	3.765	(1.402)	7.775
Provisões sobre imunidade tributárias	44.923	(3.820)		41.103
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	14.691	(1.529)		13.162
Provisões trabalhistas	25.807	7.971		33.778
Medidas compensatórias	12.196	1.983		14.179
Outras provisões	5.844	(2.747)	69	3.166
(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(72.896)	(9.460)	0	(82.356)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(22.295)	(6.785)		(29.080)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(17.650)	(1.917)		(19.567)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.323)	28		(15.295)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(17.628)	(786)		(18.414)
(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	90.259	(624)	(1.333)	88.302

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 88,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 170,7 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 82,4 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões. O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

23.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	370.170	370.170	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(125.858)	(125.858)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	87.561	54.601	32.960
Incentivos fiscais	916	1.727	(811)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	32.220	32.220	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	48.244	-	48.244
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	6.181	20.654	(14.473)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(38.297)	(71.257)	32.960

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 32,9 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

24. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

24.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros

indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

24.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina		127.076		
Retenções e repasses			9.527	
Contribuições Paritárias			11.290	
Ações de Cobrança			13.344	
Total	-	127.076	34.161	-

O valor de R\$ 127,1 milhões no Ativo Não Circulante refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 30/06/2025 é de R\$ 306,6 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 987ª posição, no final do 2º trimestre de 2025.

24.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas
Contribuições à EFPC	(70.171)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	4.897
Total	(65.274)

24.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	André Gianini		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Mauro Roberto Simião		x
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi		x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	
			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x	

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

24.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

24.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 2º Trimestre de 2025 somou R\$ 1.769,5 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 92,6% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 2º Tri 2025	Valores em aberto 2025	Valores em aberto de anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	870.724	634.537	23	634.560
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	385.350	194.388	41.431	235.819
Ministério dos Transportes	89.157	4.568	459	5.027
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	85.900	55.854	170	56.024
Secretaria do Tesouro Nacional	83.480	14.799	0	14.799
Ministério da Justiça e Segurança Pública	33.129	21.776	4.059	25.835
MF Diretoria de Adm. Log.	31.072	30.867	17.918	48.785
Caixa Econômica Federal	25.195	12.180	1.066	13.246
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	20.162	5.396	306	5.702
Ministério da Educação	15.004	2.558	0	2.558
Demais Clientes	130.316	40.675	12.492	53.167
Total	1.769.489	1.017.598	77.924	1.095.522

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	2º Tri 2025	%
Créditos a receber de clientes a vencer	369.331	33,7%
Vencidos até 90 dias	602.351	55,0%
Vencidos de 91 a 365 dias	106.696	9,7%
Vencidos de 366 a 730 dias	6.080	0,6%
Vencidos de 731 a 1095 dias	5.194	0,5%
Vencidos acima de 1095 dias	5.870	0,5%
Total	1.095.522	100%

24.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 1.153,5 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 424,0 milhões (Nota 19.3).

24.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas – Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de junho de 2025, o SERPRO contava com 1.328 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Jun/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Folha de pagamento	46.251	54.322
Provisões ACT	2.316	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais	4.595	52
Total Circulante	53.162	54.374
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	135.027	122.330
Total Não Circulante	290.669	277.972

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 46,3 milhões em 2025) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais do mês atual. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

24.2.3.1 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas - Resultado

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 2º Trimestre de 2025 foram emitidos R\$ 106,6 milhões em NRs, cujos 05 órgãos em maior volume financeiro (93,04% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Ressarcimentos 2º Tri 2025
Secretaria da Receita Federal	67.530
Ministério da Fazenda	13.423
Ministério da Gestão e Inovação	7.807
Advocacia-Geral da União	7.644
Presidência da República	2.759
Demais Órgãos	7.420
Total	106.583

24.2.4 – Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o Serpro devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos em 2025 estão apresentados a seguir:

	Medidas Compensatórias em 2025
Secretaria da Receita Federal do Brasil	24.275
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	12.288
Ministério dos Transportes	56.644
Total	93.207

24.2.5 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 259,2 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (nota 24.2.1).

25. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

25.1 Remunerações

Os valores pagos até o 2º trimestre de 2025 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

25.1.1 Valores pagos

Remuneração	Jun/2025
Empregados	832.622
Diretores	2.015
Conselho de Administração	140
Conselho Fiscal	84
Comitê de Auditoria	105
Soma Global	834.966

25.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração dos Diretores foi reajustada a partir de junho de 2025. A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ R\$ 46.951,40. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 58.685,50 e a menor foi de R\$ 46.609,22, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo reajustado, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 51.430,39 para o Diretor Presidente (antes era R\$ 44.722,07) e de R\$ 45.258,75 para os demais diretores (antes era R\$ 39.355,44).

25.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Como a remuneração dos Diretores foi reajustada, houve também ajuste nos valores pagos aos conselheiros e membros do Comitê de Auditoria. Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.998,55/mês para cada Conselheiro (antes era R\$ 4.346,56/mês). Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.260,49/mês para cada membro (antes era R\$ 5.443,90/mês).

25.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.221,11 a R\$ 69.971,08. A média salarial para esses cargos é de R\$ 15.874,54. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 6.816,66 e R\$ 59.786,81 e média de R\$ 23.948,55. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 16.906,99.

25.2 Empregados

Descrição	Jun/2025
Número de empregados	7.484
Quadro Interno	6.156
Quadro Externo	1.328

25.3 Benefícios

Descrição	Jun/2025
Assistência Médica	152.268
Assistência Odontológica	542
Auxílio Alimentação	55.994
Auxílio Creche	2.697
Auxílio Filhos Especiais	3.087
Previdência Complementar	70.171
Auxílio Transporte	167
Soma Global	284.926

26. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

26.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
Receita operacional líquida	2.051.403	1.690.283
Custo dos serviços prestados	(1.066.581)	(959.818)
Lucro bruto	984.822	730.465
Despesas/Receitas operacionais	(738.391)	(664.480)
Despesas com vendas	(49.401)	(44.456)
Despesas gerais e administrativas	(693.756)	(624.312)
Ganhos/Perdas Líquidas	7.580	6.821
Outras despesas e receitas operacionais	(2.814)	(2.532)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	246.431	65.986
Resultado financeiro	123.739	100.262
Receitas financeiras	146.049	120.339
Despesas financeiras	(22.310)	(20.077)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	370.170	166.248
Imposto de renda e contribuição social	(38.921)	(20.975)
Correntes	(38.297)	(20.436)
Diferidos	(624)	(539)
Lucro líquido do exercício	331.249	145.273

26.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.